

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.483 - SP (2019/0303425-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : GISELE APARECIDA DE GODOY
ADVOGADO : GISELE APARECIDA DE GODOY - SP204296
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDIO MEDEIROS SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO. SUPOSTA ILEGALIDADE NA DATA ESTIPULADA COMO SENDO A ÚLTIMA PRISÃO DO PACIENTE. INADMISSIBILIDADE. QUESTÃO FÁTICA, CUJO EXAME É INVIÁVEL EM SEDE DE *HABEAS CORPUS*. TEMA QUE NÃO FOI DEBATIDO NA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

Writ indeferido liminarmente (art. 210 do RISTJ).

DECISÃO

Neste *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Edio Medeiros Silva** – cumprindo pena pela prática de diversos crimes, que foram objetos de unificação (Execução n. 503.777, em curso na Vara de Execuções Criminais da comarca de São José de Rio Preto/SP) – sob alegação de constrangimento ilegal no cálculo da pena (data da última prisão), para fins de obtenção dos benefícios da execução, requer-se, em liminar no mérito, seja retificado o cálculo da pena, a fim de fixar como data-base o dia 25/5/2010.

É o relatório.

No julgamento do Agravo em Execução n. 7000252-38.2019.8.26.0576, a Corte de origem **aderiu ao entendimento jurisprudencial desta Corte**, no sentido de que a alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal (fl. 64):

[...]

Assim, em que pese o entendimento anterior, afigura-se convincente o posicionamento fundamentado alcançado pelo C. Superior Tribunal de Justiça, posicionamento este que, de resto, já passou a prevalecer nesta Corte Paulista e, inclusive, é mais favorável aos sentenciados.

E, no caso em tela, **é certo que nos cálculos ora impugnados já se considerou como termo inicial a data da última prisão** (fls. 39), razão pela qual não há nada a ser modificado. Aliás, pelo que se observa da Folha de Antecedentes, o sentenciado foi beneficiado com o regime semiaberto em

Superior Tribunal de Justiça

11/04/2017, o que também, em tese, alteraria o termo inicial para a próxima progressão (fls. 39vº).

[...]

Com efeito, a questão suscitada na impetração não é jurídica, mas fática, pois versa acerca de um suposto equívoco na data, fixada no cálculo da pena, como sendo a última prisão do paciente. Confira-se (fl. 11):

[...]

Foi elaborado o cálculo de penas do processo do paciente utilizando como data base para progressão de regime o dia 17/01/2019 e não A DATA EM QUE O PACIENTE REALMENTE INICIOU O CUMPRIMENTO DA PENA, APÓS A SUA ÚLTIMA PRISÃO (25/5/2010).

[...]

Sucede que tal discussão é inviável em sede de *habeas corpus*, pois o *writ* não comporta reexame de questões de fato e prova.

Ademais, a questão nem sequer foi debatida na Corte de origem, circunstância que, por si só, obsta o exame do tema (supressão de instância).

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus* (art. 210 do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator